

A CAIXA D'ÁGUA DA CEILÂNDIA E O RECONHECIMENTO DA MEMÓRIA DOS CONSTRUTORES DE BRASÍLIA

Vinicius Carvalho Pereira
Mestrando em Ciência da Informação (Universidade de Brasília)
E-mail: viniciuscarvalhov@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho aborda a significação que a Caixa d'água da Ceilândia tem para os moradores da cidade, na sua maioria operários que participaram da construção de Brasília, os chamados candangos. Dentre as motivações para a migração dos então habitantes da Região Nordeste estava a seca de 1958. Na futura capital o problema de fornecimento de água continuou e o mesmo só foi solucionado para parte desses trabalhadores em 1977, com a construção da Caixa d'água da Ceilândia.

Palavras-chave: Patrimônio. Ceilândia-DF. Memória.

Abstract: This paper discusses the significance that the Ceilândia's Water Reservoir has for city dwellers, mostly workmen who participated in the construction of Brasília, the so-called candangos. Among the motivations for the migration of these inhabitants of the Northeast was the drought of 1958. In the future federal capital the problem of providing continuous water lasted and it was solved for some of these workers only in 1977, with the construction of the Ceilândia's Water Reservoir.

Keywords: Heritage. Ceilândia-DF. Memory.

A Região Administrativa IX (RA), mais conhecida como Ceilândia, tem sua origem ligada à remoção dos pioneiros construtores de Brasília após o término das obras da capital federal. A grande oferta de empregos e as melhores condições de vida atraíram principalmente os trabalhadores da região nordestina, pois na década de 1950 a região sofria com uma das piores secas da história. Mais especificamente em 1958, as pessoas residentes na região perderam as esperanças de que a chuva chegasse e o grande êxodo dessa década teve início (OLIVEIRA, 2000).

Dada a inauguração de Brasília, em 1960, era previsto pelo governo local que um terço dos trabalhadores voltassem para seus estados, um terço ficasse em Brasília e o restante se voltasse às atividades agrícolas em áreas próximas (RESENDE, 1985). Apesar da situação precária em que viviam nas vilas operárias, ainda assim eles as consideravam melhores do que as presenciadas em seus estados de origem e a

maioria optou por permanecer nos arredores de Brasília (SILVA, 2010), sendo as vilas mais conhecidas a Vila do IAPI, Morro do Querosene e Placa das Mercedes (RESENDE, 1985). As moradias nessas localidades eram construídas com restos de madeira, papelão ou zinco, e seriam apenas provisórias, mas logo se tornaram verdadeiras cidades. Nas vilas operárias, eram inexistentes os serviços de iluminação pública, rede de esgoto e água encanada, mas havia uma estrutura social estabelecida, onde os candangos tentavam manter algumas características dos seus locais de origem, dessa forma faziam encontros, festas e o comércio era feito na forma das feiras (TAVARES, 2009).

Em 1970, a população total dessas áreas chegava a 70.128 habitantes (AMMAN, 1987). Com a justificativa do governo de que as vilas operárias estavam localizadas em uma área chamada de anel sanitário, a permanência da população poderia trazer sérios riscos ao saneamento básico da capital (TAVARES, 2005). Foi construída a Estrada Parque do Contorno, que, como o nome diz, contorna o Plano Piloto e representa o estabelecimento de uma fronteira que mediasse a sua preservação. A própria estrada funcionava como anel sanitário e apenas seriam “permitidas as construções de casas isoladas com grandes distâncias de mais de 1Km entre cada uma como previu Lúcio Costa” (TAVARES, 2009, p. 68). Dessa forma ficou estabelecido um referencial de preservação ambiental para nortear a expansão urbana, o que resultaria na remoção das vilas operárias e a criação das RAs. Mas essa justificativa apenas serviu para afastar a população mais pobre da área, enquanto as classes média e média-alta foram beneficiadas com a criação do Guará, Lago Sul e a ocupação da península do Lago Norte (TAVARES, 2009). Essa política de ocupação do solo do DF foi caracterizada como “saneamento estético”, pois a proximidade das vilas operárias com a capital trazia uma imagem ruim à cidade modernista (AMMANN, 1987, p. 21).

Baseado nessa premissa o governo criou a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que daria nome à nova RA que seria criada a 35 km do Plano Piloto. A CEI tinha como objetivo conscientizar a população dos motivos para a remoção das vilas e as melhorias nas condições de vida que os moradores teriam (TAVARES, 2009). Mesmo contra a vontade dos pioneiros, as remoções tiveram início no dia 27 de março de 1971.

Muitos eram os fatores para que os moradores das vilas operárias fossem contra as remoções. Os pioneiros continuaram a trabalhar no Plano Piloto, então ao invés de ir a pé para o trabalho ou de bicicleta, eles deveriam utilizar o transporte público, que na época era muito precário, além de ser pago e ter viagens muito demoradas (TAVARES, 1981). As condições de moradia eram piores do que as encontradas nas vilas, pois as moradias improvisadas foram apenas transportadas para os lotes vazios de Ceilândia, que ainda deveriam ser pagos. As prestações inicialmente cobradas tinham valores considerados aceitáveis pelos moradores, chegando o valor total dos lotes a 4 salários mínimos, que poderiam ser divididos em 60 vezes (AMMANN, 1987). Assim, entre 1971 e 1973 foram regularizados 5000 lotes, mas o governo interrompeu a cobrança dos lotes alegando que iria definir novas políticas e que a população seria avisada quando isso acontecesse. Em 1979, o governo emitiu os novos carnês de pagamento e o que se observou foi um aumento de 5000% dos valores cobrados anteriormente, passando os lotes a valerem a partir de então 25 salários mínimos. Os moradores então formaram a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, conseguiram entregar ao governador um abaixo assinado com 7000 assinaturas e pediram auxílio à Ordem dos Advogados do Brasil-DF. Com toda a visibilidade e apoio os Incansáveis moveram uma ação judicial contra a TERRACAP e saíram vitoriosos, assim eles garantiram o direito de pagar o valor estipulado na Resolução 75/71, pelos lotes cedidos pelo governo (AMMANN, 1987).

A cidade não tinha saneamento básico, iluminação pública e água encanada, sendo este último um dos problemas que mais demorou a ser resolvido. Houve uma significativa redução na renda das famílias recém-chegadas, pois a distância da Ceilândia ao Plano Piloto aumentou e o custo do transporte impossibilitava que as mulheres e os filhos menores ajudassem na composição da renda familiar. As mulheres trabalhavam geralmente como lavadeiras, mas como a Ceilândia não tinha serviço de água encanada e o mesmo demorou a ser implantado, essa atividade não poderia ser realizada (GOUVÊA, 1995).

Os moradores de Ceilândia recebiam água por meio de caminhões adaptados mandados pelo Serviço de Abastecimento, que passava na cidade de oito em oito dias (TAVARES, 2005). Essa escassez fazia a população passar por situações degradantes,

como conta em depoimento uma moradora: “A água que lavava o arroz, a gente juntava para lavar as crianças” (AMMANN, 1987, p. 25). Esta situação se tornou uma cruel ironia para os pioneiros de Brasília, que foram ao Planalto Central em busca de empregos e que fugiram da seca que afligia a região na década de 1950, para vivenciar uma realidade talvez pior a apenas 35 km da capital federal. A solução para a distribuição de água na cidade começava a tomar forma em 1973, quando começaram as obras do Reservatório Elevado de Ceilândia ou Elevatória Cruzeiro, mais conhecida como Caixa d’água de Ceilândia.

Figura 1- Caixa d’água de Ceilândia



Fonte: <http://miialvs.blogspot.com.br/>

As obras foram concluídas em 1975, mas o reservatório só começou a funcionar em 1977 (RESENDE, 1985). Com um projeto modernista realizado pelo arquiteto paranaense Gerhard Leo Linzmeier, a elevatória de 27 metros de altura tomou uma forma diferente de tudo que se tinha visto até então na cidade, o design arrojado da

Caixa d'água dava asas à imaginação da população: uns dizem que se parece com uma nave espacial, outros com uma flor e até mesmo um troféu. Esta última analogia se encaixa perfeitamente para o que a Caixa d'água representa para o cidadão ceilandense: uma vitória depois de tantos anos de lutas para conseguir condições mínimas de vida, para uma população que desde o início da história do Distrito Federal foi abandonada e leva em seu nome, derivação da sigla C.E.I., a marca de invasora da cidade que ela ajudou a construir.

A Caixa d'água de Ceilândia tornou-se o considerado cartão postal da cidade, não só pelo design, mas por se localizar na região central da cidade, por onde o ceilandense passa diariamente, seja para trabalhar, fazer compras ou por lazer. A cidade passou por diversas modificações desde então, a Feira do Rolo que funcionava todos os domingos em frente a Caixa d'água mudou-se para a Expansão do Setor "O", os cinemas que funcionavam em volta já não existem mais, a Praça do Encontro foi substituída pelo Restaurante Comunitário, mas o seu símbolo maior permanece em funcionamento até os dias de hoje.

Em 2011, na ocasião do quadragésimo aniversário da cidade, alguns grupos culturais locais se reuniram no chamado Fórum de Cultura da Ceilândia, e emitiram um documento com o pedido de tombamento da Caixa d'água para a Secretaria de Cultura. Teve início o processo de pesquisa histórica, e, em 18 de novembro de 2013 a Caixa d'água de Ceilândia foi reconhecida como Patrimônio Histórico do Distrito Federal, pelo Decreto nº 34.845/2013.

A Caixa d'água é símbolo de vários estabelecimentos comerciais, grupos culturais, está estampada em diversos livros e discos, está presente no hino de Ceilândia e no escudo do Ceilândia Esporte Clube. Apesar de toda essa identificação e reconhecimento por parte da população, não existem visitas ao bem, diferente do que acontece com a maioria dos bens tombados no DF. Como a Caixa d'água é propriedade da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, a mesma é cercada por muros e cercas elétricas. Fica então perceptível que além da simbologia, a função mais valorizada que a Caixa d'água exerce para os habitantes é o abastecimento de água, sendo o design e a sua localização secundários para a atribuição do bem como patrimônio da cidade. Um exemplo que reforça essa hipótese é

a existência de uma Caixa d'água idêntica em Taguatinga, mas que não possui tal simbologia, porque a população dessa RA no momento em que a sua Caixa d'água permanente foi construída não enfrentava os mesmos problemas de abastecimento.

A RA de Taguatinga que foi a primeira criada (1958), tinha uma outra Caixa d'água que simbolicamente se assemelhava com a encontrada em Ceilândia. Esse reservatório encontrava-se na entrada da cidade, mas foi construída com caráter provisório. Houve, no entanto, na década de 1980, uma moção popular para a não-destruição do reservatório, mas ao contrário do que aconteceu com o bem localizado em Ceilândia, o apelo dos moradores não surtiu efeito.

Figura 2- Antiga Caixa d'água no centro de Taguatinga



Fonte: <https://www.achetudoeregiao.com.br/df/taguatinga/historia.htm>

É importante observar que o tombamento não necessariamente garante a preservação dos bens culturais, pois a preservação em si depende de fatores adjacentes, como ações de salvaguarda do patrimônio. Frisa-se também que em nenhum momento a legislação distrital (Decreto N° 25.849, de 17 de maio de 2005) atribui ao GDF a tarefa de preservação dos bens tombados.

A Caixa d'água de Ceilândia se encontra dentro de uma minoria dos bens tombados, os localizados nas regiões administrativas. Dentre os trinta e um bens tombados na esfera distrital, vinte e quatro se encontram na poligonal do tombamento

de Brasília, sendo que dois são bens móveis, caso da Revista Brasília e do Acervo da Obra Musical e Pictórica de Claudio Franco de Sá Santoro.

Diferente do que aconteceu com alguns bens tombados em Brasília, como o Catetinho que foi tombado em 1959 e a Catedral tombada em 1967, mas que durante a sua construção em 1962 já era discutida a sua qualificação como bem tombado (FICHER, SCHELEE, FRANCISCONI, 2010), a Caixa d'água foi reconhecida como patrimônio trinta e oito anos após a sua inauguração. Outro bem tombado próximo à Caixa d'água, o Centro de Ensino Médio EIT, construído antes mesmo da inauguração oficial de Brasília, foi reconhecido oficialmente apenas em 2014, cinquenta e cinco anos após a sua inauguração.

Esses dois exemplos ilustram que o esquecimento do governo local em relação às RAs não se restringe aos direitos básicos, como água, luz e transporte, atinge também a instância da memória. Os direitos conquistados, como o da moradia expresso no movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, foram conseguidos depois de muita luta pelos candangos. O direito à memória da mesma forma está sendo conquistado aos poucos, e o governo local percebe a importância da população residente nessas duas cidades, que juntas têm uma população estimada de 711.260 (DISTRITO FEDERAL, 2015).

Observamos que os candangos passaram por momentos de descontinuidade no que se refere à moradia entre as décadas de 1950 e 1970. Desde a saída das suas regiões para o planalto central, e depois das vilas operárias para as RAs, esses trabalhadores não conseguiam caracterizar um local como casa por muito tempo. Isso remete à questão do lugar antropológico explicada por Marc Augé, quando define o lugar como criador de identidade, relacional e histórico, além de ter sentido para os seus habitantes e ser inteligível para os observadores externos (AUGÉ, 2012). Depois de cada mudança os candangos tentavam manter as suas tradições, levando para os novos locais as suas festas, formas de comércio e sociabilidade, sendo os principais exemplos os das feiras livres, mas a descontinuidade provocada pelas remoções e políticas habitacionais excludentes do DF, faziam com que essa população sempre tivesse que recomeçar. A Caixa d'água da Ceilândia simboliza esse lugar, agora

reconhecido oficialmente pelo tombamento, de identificação e que remete aos tempos de mudança, de construção da capital e da conquista do direito à água.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Os incansáveis**: movimento popular de Brasília. Brasília: Cortez Editora, 1987.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papius, 2012.

FICHER, Sylvia; SCHLEE, Andrey Rosenthal; FRANCISCONI, Jorge Guilherme. Brasília: causos e casuísmos patrimoniais. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. Brasília: Editora Fórum, 2010.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Brasília**: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Governo do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek de. **Porque construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

RESENDE, Mara L S. **Ceilândia em movimento**. Brasília: UNB, 1985.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da Silva. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. Goiânia: UFG, 2010.

TAVARES, Breitner Luiz. **Feira do Rolo**: na pedagogia da malandragem: memória e representações sociais no espaço urbano de Ceilândia-DF. Brasília: UNB, 2005.

_____. **Na quebrada, a parceria é mais forte - Juventude hip-hop**: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. Brasília: UNB, 2009.

TAVARES, Nadir. **Ceilândia, ontem, hoje... e amanhã?**. Brasília: [s.n.], 1981.